



INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES

ALLISON BADILA MANCABÚ

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA
EXPLORAÇÃO DA AREIA PESADA EM VARELA (2008-2017).**

REDENÇÃO /ACARAPE

2022

ALLISON BADILA MANCABÚ

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DA
EXPLORAÇÃO DA AREIA PESADA EM VARELA (2008-2017).**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto, do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.
Orientador: Prof. Dr. Lailson da Silva Ferreira

ACARAPE/REDEENÇÃO

2022

LISTA DE SIGLAS

AOFAS-Associação Onenoral dos Filhos e Amigos de Suzana

CAIA-Cédula de Avaliação de Impactos Ambiental

CRGB-Constituição da República da Guiné-Bissau

DGA-Declaração de Conformidade Ambiental

DW-Deutsche Welle.

EIA-Estudos de Impacto Ambiental.

EIAS-Gabinete de Estudo de Avaliação Ambiental e Social.

RFI- Rádio França Internacional.

GEAAS- Gabinete de Estudos sobre Avaliação Ambiental e Social.

IBAP-Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas.

MDRA-RN-Ministério de Desenvolvimento Rural, Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente.

ONG-Organização não governamental.

PANAMCGB-Plano de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas da Guiné-Bissau.

SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

TCLE-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UICN-União Internacional para a Conservação da natureza.

UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas.

UNILAB-Universidade de Internacional Integração Lusófona Afro-Brasileira.

WB- The Word Bank.

Sumário

| | |
|-------------------------------------|----|
| 1. APRESENTAÇÃO | 6 |
| 2. JUSTIFICATIVA | 12 |
| 3. OBJETIVOS..... | 14 |
| 3.1. Objetivo geral | 14 |
| 3.2. Objetivos específicos | 14 |
| 4. PROBLEMÁTICA | 15 |
| 5. REFERENCIAL TEÓRICO | 19 |
| 6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 25 |
| 7. CRONOGRAMA | 27 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 28 |

1. APRESENTAÇÃO

Guiné-Bissau fica situada na costa ocidental da África, limitada a oeste pelo Oceano Atlântico e ocupa uma área total de 36. 125 Km². Ao Norte faz fronteira com o Senegal, à sul e a leste com a Guiné - Conacri. O seu território é dividido em uma parte continental e outra insular, sendo que as últimas englobam uma cadeia de sete ilhas adjacentes, incluindo o arquipélago dos Bijagós. A superfície habitável é de apenas 24.800 km²¹ devido às terras inutilizadas pelas inundações das marés fluviais e pelo alagamento causado pelas chuvas regulares (COSTA, RESENDE, 1994, Apud INDJAI, 2015).



Figura-1 Mapa da Guiné-Bissau

Fonte: <https://pt.dreamstime.com/mapa-politico-de-guine-bissau>.

Segundo Da Costa *et. al.* (2009), Guiné-Bissau é um país essencialmente agrícola, dispondo de um potencial agrário estimado em 1,2 milhões de hectares de recursos de terra arável e 2 milhões de hectares de zonas florestais, contribuindo com cerca de 45% do PIB (agricultura 74%, pecuária 16% e floresta 10%) DA COSTA *et. Al*, 2009 Apud INDJAI, 2015).

¹ O país se situa na transição entre zonas bioclimáticas de floresta, savana e estepe, com grande porção de suas terras inundada pelas marés e chuvas periodicamente. Isso por causa da maior parte do território estar abaixo de 40 m e apenas a região leste apresenta cotas superiores a 300 m (Costa & Resende, 1994).

Conforme a organização administrativa, o país está dividido em oito regiões nas quais habitam populações de etnias variadas. Ao norte, região de Cacheu, predominam as etnias Manjaco, Mancanha e Felupe; no litoral centro, região de Biombo está referenciada a etnia Pepel; no centro norte região de Oio dominado pelos Balantas e mandingas; as regiões de Bafatá e de Gabu são predominantemente ocupadas pelos Mandingas e Fulas; na região centro sul, em Quinara, a presença mais comum é dos Beafadas e Balantas; no sul, em Tombali, tradicionalmente são identificados os Nalu e Balantas; e na região de Bolama-Bijagós, os da etnia do mesmo nome Bijagós, que habitam todo o arquipélago. Por fim, no Sector Autónomo de Bissau, onde se encontra a mistura étnica da nação, sendo considerada uma cidade cosmopolita, onde há interação cultural entre os diversos matizes da Guiné-Bissau, mas o território antigamente pertencia ao grupo étnico Pepél (SIQUEIRA; CARDOSO, 2010).

Bissau é a capital do país, como também é a cidade mais importante e populosa, com 492.004 habitantes e concentra a maior parte da economia do país. Em termos socioeconómicos, mais de dois terços da população vive com menos de 2 USD por dia e, destes, 33,0% com menos de 1 USD por dia; a situação social é precária com o PIB per capita de USD 1,449, pertencendo assim a classe dos “países subdesenvolvidos” (Banco Mundial, 2019).

O país depende bastante da exportação de castanha de caju, chegando a ser mais de 90% das exportações totais. Isso representa mais de 60% do PIB, gerando cerca de 17% das receitas para o Estado. O cultivo de mancará (amendoim), arroz, batata doce e milho tem um desempenho fundamental na agricultura de subsistência familiar. Para além desses, o país tem “jazigos importantes da bauxita no Boé e de fosfatos em Farim” e há perspectivas benéficas quanto ao petróleo offshore e nos últimos anos são exploradas areias pesadas nas zonas de Varela pelo Estado em parceria com empresas estrangeiras (BENZINHO & ROSA 2015).

Desde o período colonial houve exploração desenfreada de alguns recursos naturais² e sobretudo, dos recursos da biodiversidade³ que foram completamente degradados, enquanto que se assistia a uma exploração dos recursos florestais, fato que é marcado não só pela

²Acrescentam-se as práticas de monocultura do amendoim nas zonas de Quinara e Bolama que conseqüentemente empobreceram os solos, e a exploração desmedida dos recursos florestais comprovada pela existência de inúmeras serrações para obtenção de madeiras.

³ Ecossistemas terrestres, ecossistemas, aquáticos, marinhos e os complexos ecológicos que fazem parte.

existência de inúmeras serrações que datam desse período, como também pelo desaparecimento das florestas primárias⁴ que caracterizaram as paisagens guineenses (MDRA-RN, 1997).

Vale destacar que durante o período colonial os conflitos socioambientais se deram através da obrigação de um trabalho violento impostos, exploração socioeconômica e cultural da sociedade civil, na medida que cresce a imposição colonial no território guineense aumentou “focos de resistências locais contra a exploração econômica e a opressão política de Portugal” por parte de grupos étnicos (TEIXEIRA, 2015, Apud SANTIN CÁ, 2020).

Após a independência do país em 1973 foi criada a primeira constituição da república, e, em 1974, foi implementada a Lei 4/75. Essa lei nacionalizou e determinou que o solo na sua totalidade do território do país fosse incorporado ao domínio do Estado e, portanto, insusceptível de redução à propriedade particular (BOLETIM OFICIAL Nº17, 1998). Ou seja, o Estado da Guiné-Bissau é o responsável por todo o território nacional, o único com plenos poderes de ceder as terras e ao mesmo tempo apropriar-se dela caso seja necessário.

Nos anos seguintes, novas regulamentações direcionadas à temática do meio ambiente foram criadas. Por exemplo, em 1982 foi publicada através do Boletim Oficial nº 40 de 2 de outubro, a criação da Comissão Nacional de Higiene do Meio Ambiente. No ano de 1986 foi emitido o Decreto-Lei nº 4/86 por meio do suplemento ao Boletim Oficial nº 13 de 29 de março de 1986, que declara como propriedade do Estado as pedreiras do território guineense. Nesse decreto, enfatizou-se a importância das substâncias minerais, exploradas através do regime de pedreiras, para a reconstrução nacional e fonte de riqueza significativa para a economia nacional tanto pelo valor obtido na extração, quanto pelo valor acrescentado pelas indústrias que elas alimentam (BOLETIM OFICIAL Nº 13, 1986, apud DA SILVA, 2018).

Em 1988 foi criado o Gabinete de Planificação Costeira que se tornou o pioneiro em estudos ambientais e trabalhos de planificação⁵ com o apoio técnico da União Internacional

⁴ Floresta primária também conhecida como mata virgem ou floresta clímax, a floresta primária é aquela que nunca foi tocada ou que sofreu pouquíssima intervenção do homem, não apresentando alterações em sua estrutura como um todo e em sua população animal e vegetal.

⁵ A planificação de um sólido geométrico é a apresentação de todas as formas que constituem sua superfície em um plano, ou seja, em duas dimensões.

para a Conservação da Natureza (UICN) e financeiro da Cooperação Suíça⁶. Esse gabinete fazia análise e levantamento da situação do ambiente na zona costeira. Ele também desenvolveu uma tipologia socioeconômica de diversos usufruidores dos recursos naturais (MDRA-RN, 1997).

O fim da década de 1980, início dos anos 1990 também foi marcado pelo surgimento de Organizações Não Governamentais (ONG's) no país, principalmente as que lutam pela defesa e conservação do meio ambiente (MDRA-RN, 1997). É a partir de 1988 que se inicia intervenções no campo ambiental no país com as atividades da ONG Internacional União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). A junção deste fato com o início do processo da liberalização econômica e democratização na época, deu alicerce para a maior expressão das ONGs e inclusive direcionando as suas ações também para a área ambiental (MDRA-RN, 1997).

Atualmente, Guiné-Bissau conta com ONGs que atuam em diversas regiões do país e em diversas áreas. Essas ONGs constituem a principal força da sociedade civil promovendo espaços de discussão alternativos, intercâmbios de experiências, criando alianças com as comunidades de base tanto rurais quanto urbanas e diversas outras camadas sociais marginalizadas. A Tiniguena, Ação para o Desenvolvimento (AD), Palmeirinha, Nantynian, Alternag, Kafo, Aprodol afirmam e priorizam suas ações na resolução das problemáticas e conflitos ambientais, promovendo um desenvolvimento sustentável. (IBAP, 2014).

Do ponto de vista político a Guiné-Bissau passou por frequentes convulsões políticas desde os anos 80, os sucessivos golpes de estado, assassinatos, perseguições e instabilidade governativa, contribuíram bastante para intensificar ainda mais a exploração dos recursos naturais. Essas situações aliadas ao avanço do capitalismo global e ao crescimento de economias emergentes, como por exemplo, da China e da Rússia têm intensificado a busca por matérias primas em países de capitalismo periférico, particularmente, os do continente africano (INDJAI, 2015).

Segundo a rádio Deutsche Welle (2014), em 2008, o Estado da Guiné-Bissau assinou um acordo com a empresa chinesa West African Union, com o propósito inicial de realizar uma

⁶ Vale ressaltar que UICN e Cooperação Suíça são instituições sem fins lucrativos, que atuaram na Guiné-Bissau logo após a independência até o ano de 1998, como parceiros na luta pela conservação e proteção do meio ambiente.

prospecção⁷ na localidade. Mais tarde houve outros dois acordos com duas empresas russas, primeiro TBS e mais tarde POTO SARL para a exploração da areia pesada em Varela.

Situação semelhante, também pode ser identificada em outras regiões do país, onde ocorrem a exploração de bauxita, cortes abusivos de árvores e vendas de licenças de pesca. Caso concreto nas zonas de Farim, Bafatá, Bambadinca, Oio e Quebo. Nessas zonas foram devastados milhares de hectares de florestas para a extração de madeiras, pondo em risco a vida e sobrevivências das comunidades locais, extinção dos animais, a diminuição de chuvas e alastramento da desertificação na zona leste e norte do país, bem como o aumento de ventos fortes e pouca produção agrícola são os efeitos das explorações feitas naquelas zonas (DW, 2014). Observa-se que as explorações desordenadas feitas nessas zonas também afetou drasticamente a vida das comunidades tradicionais locais, originando a desterritorialização e reorganização das suas práticas culturais e rituais, por conseguinte dos locais das práticas religiosas.

Para Cardoso (2015), o aumento no processo de degradação ambiental nas regiões mais pobres do mundo globalizado, regiões essas que são consideradas megadiversas, ou seja, aquelas que abrigam, pelo menos, 70% da diversidade biológica terrestre do planeta; os governos têm sido impelidos a utilizarem os seus recursos naturais de forma extremamente desordenada. Os países desenvolvidos instituem novos mecanismos de apropriação dos recursos naturais dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, apropriando-se do seu patrimônio genético.

Na Guiné-Bissau como em outros países, o Estado é o responsável pela criação de leis e políticas de proteção ambiental. Como está plasmado na legislação ambiental da Guiné-Bissau, a responsabilidade é do Estado e/ou da Direção Geral das Florestas na gestão dos recursos naturais - é aquilo que está plasmado na lei nº 5/2011 deste setor, que é de conceber a política, executar, regulamentar e fiscalizar as atividades ligados ao uso dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconómico, cultural-tradicional e sustentável (INDAI, 2015).

⁷ Prospecção é a primeira etapa da análise geológica (seguida da exploração) de um território. É a busca por minerais, fósseis, metais preciosos ou espécimes minerais.

Normalmente, a lei é definida como normas criadas para estabelecer regras que devem ser seguidas e cumpridas. Na Guiné-Bissau, a implementação das leis ambientais na prática carece de uma base sólida, consequências da instabilidade política e da fragilidade institucional, fatos que proporcionam o não cumprimento dessas leis pelo próprio Estado. Diante do exposto o presente projeto de pesquisa se propõe a fazer uma reflexão sobre os conflitos socioambientais na Guiné-Bissau nos quais estão envolvidos o Estado, as comunidades tradicionais e as ONGs, especificamente no processo de exploração da areia pesada na comunidade de Varela, no período de 2008 a 2017.

2. JUSTIFICATIVA

Enquanto cidadão de Guiné-Bissau, descendente da etnia Mancanha (Brames), cujas práticas culturais e religiosas estão ligadas ao meio ambiente, assisti os conflitos socioambientais entre as comunidades tradicionais e o Estado guineense, e isso despertou em mim o interesse em pesquisar essa temática.

Atento e preocupado com as questões ambientais, ao longo desses anos (2000- 2018), antes da minha saída do país, tive a oportunidade de presenciar em diferentes regiões grandes disputas de territórios entre os dois lados, o Estado com interesse em explorar os recursos naturais e as comunidades tradicionais na luta pela defesa dos seus territórios sagrados. Tudo isso se justifica com os avanços científico e tecnológicos que o mundo se desenvolve, a população cresce, o homem através das suas ações vai consumindo os recursos oferecidos pela natureza de forma irregular e desenfreada, tendo como resultado, desastres naturais que prejudicam a sua própria existência e o futuro do mundo. E a exploração segue sua marcha: destrutiva.

A Guiné-Bissau não escapou dessas ações humanas, desde os tempos mais remotos até a data presente vem sendo atingido pela exploração dos recursos naturais, consequências do colonialismo, do impasse político, econômico e conflitos militar vividos durante todos esses anos, que culminou nas explorações incontroladas e abusivas dos recursos naturais, sem respeitar territórios, culturas e tradições milenares das comunidades tradicionais.

A escolha do recorte a partir de 2008, deve-se ao início dos primeiros estudos de prospecção sobre os recursos naturais na Guiné-Bissau após o conflito armado de 7 de junho de 1998. Realizada sob iniciativa do governo liderado pelo ex. primeiro ministro Carlos Gomes Júnior, incluindo as minas de areia pesada em Varela e de outros tipos de matérias-primas nas outras regiões do país. Já em 2017 foi o momento em que suspenderam todas as explorações em Varela deixando grandes danos e impactos que hoje dificultam bastante a sobrevivência da comunidade local.

Ao ingressar na UNILAB e mais especificamente no momento de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), resolvi transformar essas inquietações em tema de pesquisa com a intenção de entender entre outros aspectos como Estado guineense tem se

comportado diante da preservação do meio ambiente e dos territórios sagrados das comunidades tradicionais.

Além do meu interesse pessoal, esta pesquisa possui imensas vantagens e em diferentes campos, espera-se que esse trabalho possa trazer grandes vantagens a nível acadêmico, social e político, servindo de base a futuros trabalhos, auxiliando na criação de políticas e resolução dos conflitos socioambientais. Do ponto de vista social espera-se que contribua na construção de uma sociedade que zele pela preservação e uso sustentável dos recursos naturais. No âmbito político exigirá rigorosidade na implementação de leis ambientais, respeitando os princípios culturais, tradicionais das comunidades e a proteção dos seus territórios. O estudo também será uma contribuição para o campo das ciências humanas e sociais no que diz respeito às questões/conflitos socioambientais em Guiné-Bissau, uma vez que a produção bibliográfica e/ou acadêmica nessa área é escassa.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

- Identificar como os conflitos socioambientais causaram transformações sociais e culturais em Varela entre os anos de 2008 e 2017.

3.2. Objetivos específicos

- Discutir como a instabilidade política tem proporcionado o aumento da exploração dos recursos naturais na Guiné-Bissau;
- Conhecer a legislação ambiental da Guiné-Bissau;
- Compreender a relação entre o Estado e as comunidades tradicionais locais;
- Entender como as comunidades tradicionais guineenses desempenham papéis importantes na preservação do meio ambiente;

4. PROBLEMÁTICA

A comunidade de Varela fica situada na zona norte, na região de Cacheu, setor de São Domingos, onde predomina a etnia felupe⁸ que faz parte do grande grupo Joola. Varela é uma área típica da zona costeira da Guiné-Bissau, tem uma praia com um comprimento de cerca de 7 km, que se estende até a boca da baía de Sucujaque antes de desaparecer nos manguezais que ocupam a margem esquerda do Bujejete. Ela remonta ao outro lado do rio, em continuidade com as praias de Cap Skirring, Senegal. A área tem uma flora típica de regiões de savana arbórea⁹ e arbustiva¹⁰ sem grande mancha florestal, à exceção das paradas (GEAAS, 2015).

A sociedade felupe é agrária, marcada pela agricultura familiar de subsistência. O arroz é o principal produto cultivado, estando na base da alimentação da comunidade. Outros alimentos como a mandioca e a batata-doce complementam a dieta dos felupes, principalmente nos momentos de escassez de arroz. A pesca também faz parte do sistema de subsistência alimentar. Vale ressaltar que o arroz está relacionado com a organização social e religiosa da comunidade (BOLONHA, 2007).

Além do arroz, os felupes tem outras fontes de rendimento como o amendoim, caju, manga, laranja, mandioca, batata-doce, cebola, feijão e vinho de palma¹¹ que são utilizados para comercialização, principalmente nos momentos em que há redução da produção de arroz (BOLONHA, 2007). Situação que tem acontecido com mais recorrência desde o começo devido aos impactos da exploração das areias pesadas e, por conseguinte, as alterações climáticas e a diminuição da mão-de-obra, devido às migrações dos homens e jovens (BOLONHA, 2015).

Mesmo possuindo um depósito mineral constituído essencialmente por areias ditas pesadas, até o ano de 2008 não tinha sido realizado nenhum tipo de exploração em Varela. Tampouco tinha-se conhecimento sobre a presença do mineral nessa região, pois não havia em

⁸ Os felupes recebem diferentes denominações dependendo da região habitada: os cadjantai (são felupes da Guiné-Bissau, fixados a norte do rio Cacheu), os calupaco (são felupes também situados no território guineense na região de Susana-Varela) e os caciquenei constituídos pelos baiotes (fixados em Casamança, no Senegal).

⁹ A savana arbórea é composta por árvores dispersas e que guardam grande distância entre si, e eventualmente forma uma faixa vizinha à floresta, podendo evoluir para formações espinhosas e herbáceas de grande porte.

¹⁰ Arbustiva é todo o vegetal do grupo das angiospermas, dicotiledôneas e lenhosas, que se ramifica desde junto ao solo e tem menor porte (abaixo de 6 m) em relação às árvores

¹¹ Vinho de palma é uma bebida alcoólica produzida a partir da seiva de várias espécies de palmeiras. O vinho de palma desempenha um papel importante em diversas cerimônias em muitas etnias africanas.

Guiné-Bissau investimentos no setor geológico-mineiro, o que explica, portanto, os reduzidos trabalhos de prospecção, pesquisa e exploração de recursos minerais no país (JALO, 2018).

Em 2008, essa situação começou a mudar. Os investidores estrangeiros interessados começaram por incentivar o governo no sentido de explorar seus recursos, em nome do desenvolvimento. As perspectivas de exploração dos recursos mineiros criaram muitas expectativas positivas para a economia do país em termos de receitas públicas, de dinamização da economia e de criação de emprego (CARDOSO, 2015). Assim, se deu início a estudos de prospecção em todo o território nacional onde se descobriu um grande depósito mineral das areias pesadas na comunidade de Varela, confirmando a existência de elementos químicos metálicos com interesse económico.

Ainda na fase de prospecção em 2008, a empresa chinesa West African Union, deu início a exploração por um período de apenas 3 meses e foi suspensa. A suspensão aconteceu graças à intervenção de uma ação conjunta da Associação Onenoral dos Filhos da Secção de Suzana (AOFISS)¹² com o apoio da ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) (DW, 2014) com o objetivo de parar a retirada de areia. Segundo o relatório da ONG Tiniguena (2016), a associação e a comunidade local declararam publicamente através de conferência de imprensa e cartas abertas aos sucessivos governos deste país a falta de transparência do processo de extração das areias pesadas em Varela.

Em 2010, foi realizado um novo contrato com a empresa russa denominada POTO SARL cedida à zona de Varela, para realizar a prospecção. Sem licença de exploração a empresa também deu início à exploração. Revoltados com a situação a AOFASS juntamente com a comunidade local, reivindicaram junto do governo a suspensão da exploração. Sem êxito, a empresa continuou a exploração (RFI, 2014).

Com o golpe militar de 12 de abril de 2012, a crise política, económica e financeira fez com que as empresas que comercializavam recursos naturais, em conivência com alguns empresários guineenses aliciaram os responsáveis políticos e militares, a se envolveram no processo de exploração dos recursos naturais, para exportação em grandes quantidades para o

¹² (AOFISS) Associação Onenoral dos Filhos da Secção de Suzana, uma comunidade vizinha de Varela, pertencente à etnia felupe.

mercado internacional, contribuindo gravemente na degradação do meio ambiente (INDJAI, 2015). E, mais uma vez, a comunidade local não tomou conhecimento, da existência de estudos sobre impactos ambientais e/ou as formas de compensação ambiental.

A legislação ambiental da Guiné-Bissau, todavia, sob o decreto lei n.º1/2011, artigo 38.º, com vista a garantir a necessidade de participação das comunidades locais e a utilização adequada dos seus conhecimentos e capacidades humanas, o organismo pela área do ambiente deve promover a criação de um corpo dos agentes de inspeção comunitária e a participação efetiva das comunidades locais na definição das políticas e na gestão dos recursos naturais (BOLETIM OFICIAL N°09, 2011).

Durante a fase de exploração, alguns membros da comunidade foram obrigados a abandonar essa zona, passando a viver em outras localidades devido às dificuldades que assolaram o local, inclusive para manter a subsistência, uma vez que as regiões de cultivo de arroz e realização de pesca foram bastante afetadas. Os mais jovens foram os primeiros a abandonarem as aldeias¹³ em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades. Enquanto isso, uma parcela da população resolveu permanecer nessa região, mesmo diante de tantas dificuldades e conflitos com o Estado.

Além disso, a população local era proibida de transitar nos espaços onde ocorriam as explorações, podendo somente acessar outras áreas para a realização das suas atividades agrícolas e religiosas. É importante destacar que os locais de exploração também eram de cultivo de arroz e espaços sagrados no quais os felupes realizavam cerimônias de iniciação, rituais tradicionais e cultos aos ancestrais (DW, 2014).

Diante desse cenário, houvera muitas críticas por parte da população de Varela, pois a exploração também passou a interferir em práticas tradicionais da comunidade, como foi destacado por DW (2014) na sua reportagem realizado em 2014, no qual entrevistou o Celo Djédjo, régulo de Varela; “onde estão a fazer a exploração de areias é um lugar sagrado onde ocorrem rituais sagradas.

¹³ Aldeia é uma povoação, normalmente rural, com poucos habitantes, isto é, um aglomerado populacional de categoria inferior à vila, podendo dispor de autonomia administrativa.

Partindo dessas questões sinalizadas acima, podemos afirmar que tanto os deslocamentos como o não acesso a espaços antes de livre circulação, acarretaram alterações nos modos de vida da comunidade. Sendo assim, cabe-nos indagar porque houveram pessoas que decidiram permanecer em Varela? Como se conseguiu manter formas de subsistência na comunidade? E os espaços sagrados? Houve ressignificação de práticas tradicionais?

Ao que tudo indica, os felupes sempre tiveram/tem um vínculo afetivo com o local de nascimento. Sendo assim, é necessária uma situação peculiar que os levem a abandonar as bolanhas e/ou os palmares. E mesmo caso isso aconteça, haveria em algum momento o retorno à sua terra (TABORDA, 1950 apud BOLONHA, 2007). A terra, portanto, guarda consigo valores simbólicos, históricos e identitários. Não sendo apenas o local onde fazem o cultivo para garantir a sobrevivência (DAVIDSON, 2007 Apud BOLONHA, 2007).

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Os conflitos socioambientais para Libiszewski (1992) têm como características comuns, o fato de serem induzidos pela escassez de um recurso, determinado por distúrbio na sua taxa normal de regeneração, provocada pela ação econômica. Deste modo, os efeitos sociais adversos, como: redução da produção agrícola, migração populacional, declínio econômico, enfraquecimento das instituições e relações sociais, dentre outros, só se configurariam em conflitos socioambientais quando surgem dos desequilíbrios ambientais, em consequência de atividades antrópicas.

No ponto de vista de Carvalho & Scotto (1995), um conflito socioambiental se apresenta como um conflito social que expressa uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Ou seja, é um conflito social que tem no acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa.

As autoras diferenciam os problemas ambientais, dos conflitos socioambientais, afirmando que o problema ambiental é uma situação em que há risco, dano social ou ambiental, porém, não há reação ativa por parte dos atingidos ou de outros atores da sociedade civil frente ao problema. Enquanto que o conflito socioambiental se refere a uma situação em que há confronto de interesses representado em torno da utilização ou gestão do ambiente. Portanto, pode-se afirmar que um conflito socioambiental implica em uma situação em que um ator social se encontra em oposição consciente a outro ator, a partir da ocasião em que se definem objetivos incompatíveis que conduzem ao embate de opiniões e de interesses (CARVALHO & SCOTTO, 1995).

Little (2001) propôs uma definição de conflito socioambiental com base nos princípios da ecologia política caracterizando-o como um embate entre grupos sociais que decorre das distintas formas de inter-relacionamentos com seu meio social e natural, no qual cada agente social possui sua forma de adaptação, ideologia e modo de vida específico que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural do conflito ambiental.

O autor afirma que há três dimensões básicas a serem ponderadas no entendimento e na análise dos conflitos: o primeiro está ligado ao controle sobre os recursos naturais, tais como

disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc. o segundo diz respeito aos conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc. O último está relacionado aos conflitos em torno dos valores e modo de vida, isto é, conflitos envolvendo o uso da natureza cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias. Essa tipologia serve, em parte, para tratar o foco central do conflito para melhor entendê-lo e resolvê-lo (LITTLE, 2001).

Os conflitos socioambientais para Acsehrad (2004), ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio. Estas ameaças podem acontecer por impactos indesejáveis ocorridos com o solo, água, ar ou sistemas vivos, decorrentes do exercício e das práticas de outros grupos. Ou seja, o conflito socioambiental é visualizado quando os agentes sociais estabelecem uma associação lógica imediata entre a degradação do ambiente e a ação dos agentes sociais determinados sob determinadas condições históricas.

Ainda segundo esse autor, os conflitos socioambientais são constituídos por quatro dimensões: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. As três primeiras dizem respeito à base material necessária à continuidade de determinadas formas sociais de existência, e a última corresponde à ação cruzada de uma prática espacial sobre a outra. Essas dimensões são fundamentais para apreender a dinâmica conflitiva, própria aos diferentes modelos de desenvolvimento.

Acsehrad (2004), sistematiza os conflitos envolvendo o ambiente sob a ótica econômica, afirmando que os conflitos socioambientais podem ser classificados de duas formas: o conflito por distribuição de externalidades (ocorrem a partir de dificuldades dos geradores de impactos externos assumirem a responsabilidade pela consequência de suas ações), e o conflito pelo acesso e uso dos recursos naturais (decorre das dificuldades de se definir a propriedade sobre os recursos).

Outra análise que procura dar conta da definição de conflitos socioambientais está associada à segurança ambiental. Baseada no desequilíbrio entre a oferta e a procura de bens naturais e tem como causas a ação predadora das atividades humanas. A esse respeito, Turner

(2004), defende que o estresse ambiental associado a competição por recursos naturais escassos tem capacidade de provocar, inclusive, conflitos armados. O autor considera que os conflitos socioambientais têm suas origens, não somente a partir da escassez dos recursos, mas também, pelo uso destes.

Turner (2004) afirma que a ecologia política é um importante campo do conhecimento para avaliar os conflitos socioambientais, pois os pressupostos desta ciência permitem desvelar as estruturas de poder e os verdadeiros interesses dos conflitos. Assim, a análise dos conflitos socioambientais por meio da identificação dos interesses, estratégias, poderes e vulnerabilidades dos diversos grupos sociais envolvidos, é fundamental para a compreensão e configuração de sua possível trajetória.

A definição de conflitos socioambientais para Ruiz (2005) é mais abrangente, envolve além dos aspectos materiais, os imateriais. Esta característica é avaliada como incompatibilidade de interesses sobre o uso do mesmo território ou pela utilização dos recursos naturais entre indivíduos ou grupos independentes. Quando acontecem as disputas pelos recursos ambientais, as partes envolvidas, ao perseguir estratégias para alcançar seus objetivos, podem procurar atrapalhar as atividades de seus oponentes.

Little (2001), considera que os conflitos socioambientais mais difíceis tendem a acontecer quando há um choque entre diferentes sistemas produtivos. No caso analisado, os agricultores têm sua subsistência baseada numa relação direta com o ecossistema onde vivem, diferentemente dos sistemas fabris e industriais. Logo, os conflitos socioambientais referem-se a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico.

Ribeiro (1995) assegura que os conflitos que envolvem os recursos ambientais conglomeram peculiaridades como a existência de impactos diretos ou indiretos de determinadas atividades socioeconômicas, como consequências destas ações surgem características negativas ao ambiente natural como: degradação e desequilíbrio; ameaças à sustentabilidade de áreas físicas, de bens coletivos e de recursos naturais escassos; além da extinção de espécies da biodiversidade.

O autor analisa o ambiente natural como parte integrante de um espaço público, portanto, um bem coletivo e é neste cenário que os atores sociais disputam seus interesses e entram em conflito para alcançar seus objetivos socioeconômicos. A proteção ambiental pode ser a solução para uma determinada crise, mas pode ser a causa de outras. Ribeiro afirma que a situação vai depender de como a política é negociada com as populações envolvidas e como é construído o conceito de conservação (RIBEIRO, 1995).

Brito et al (2011), considera que a complexidade dos conflitos socioambientais aumenta, quando se percebe que os atores sociais têm interesses variados e são expressos de forma imprecisa, como: privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de investimentos públicos, definição de políticas públicas, defesa de ecossistemas, conservação dos recursos naturais e proteção de áreas.

A preocupação com os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente e a necessidade social de responder a esta crise, é um dos aspectos mais significativos em que vive a sociedade moderna, construída a partir da imagem do sujeito racional e autônomo, cuja atividade de domínio e exploração sobre o mundo objetivo ocorre com a ajuda das tecnologias em busca de um progresso (desenvolvimento econômico) permanente (SILVEIRA, 2015).

Leff (2012), salienta que a presente crise ambiental, suscita um questionamento sobre os padrões impulsionadores e legitimadores da aceleração da industrialização, bem como sobre a racionalidade econômica, já que o paradigma dominante nega a natureza e coloca em risco as bases de sustentação do sistema que estimula o consumo, sem questionar as suas consequências para a natureza.

Nota-se que o começo do período moderno gerou sentimentos que tornaram cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por outro lado, eles viram um aumento incalculável do conforto, bem-estar e felicidade materiais dos seres humanos, por outro lado davam-se conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada. Havia, dessa maneira, um conflito crescente entre as sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromisso e ocultamento impediu que tal conflito fosse amplamente resolvido. É possível

afirmar que essa é uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. (THOMAS,1983).

Atualmente, se observa uma crescente degradação dos ecossistemas em diferentes escalas de análise, interferindo na dinâmica ambiental global, regional e local, incluindo os sistemas ambientais das regiões litorâneas e costeiras da Guiné-Bissau, devido essencialmente à exploração abusiva dos recursos naturais e destruição dos ecossistemas. Dessa forma os conflitos socioambientais configuram-se como ameaças ao modo de vida das comunidades tradicionais e ao conhecimento ecológico local (IBAP, 2015).

Historicamente as comunidades tradicionais guineenses, estabeleceram um modelo de desenvolvimento socioeconômico coletivo de sustentabilidade, por estabelecer com a natureza uma relação de “equilíbrio ecológico”. Isso pode ser observado nas práticas milenares de proteção, organização, gestão e conservação da biodiversidade, hoje, em parte aceitas pela conservação da biodiversidade de gestão estatal (IBAP), o que tem sido colocado em evidência pela necessidade de se conciliar a atividade socioeconômica e ambiental com a promoção do uso racional dos recursos naturais. (CARDOSO, 2015).

No trabalho realizado por Cardoso (2015), sobre os saberes e práticas da etnia Bijagó, o autor afirma que em muitos países, inclusive em Guiné-Bissau, a ecologia cultural e social tem buscado fundamento na etnociência segundo a qual os saberes e práticas das populações étnicas tradicionais são considerados como peças fundamentais para a conservação das áreas protegidas e da biodiversidade. Compreendendo ainda que o Estado sozinho não consegue dar conta dos inúmeros problemas ambientais (CARDOSO, 2015).

Os povos tradicionais guineenses são socialmente organizados e orientados por meios de culturas individuais, têm contato permanente influenciado sobre a terra, clima, plantas, espécies e animais. O manejo desses recursos está diretamente ligado com mitos, regras, valores e conhecimentos, que definem a maneira e período como tais recursos serão utilizados, podendo ser considerados “elementos culturais regulatórios”, pois determinam as atitudes das pessoas perante o meio ambiente (CULTIMAR, 2008, apud MENDES, 2017).

Mendes (2017), afirma que esses grupos se constituem de pessoas que vivem e desenvolvem modos de vida e conhecimentos tradicionais, adaptados aos ambientes florestais

em seus territórios, estabelecendo uma dependência primária da floresta para sua subsistência e geração de renda, por intermédio da pesca, caça, agricultura itinerante, coleta de produtos florestais e outras atividades.

Na Guiné-Bissau entende-se que a preservação dos saberes, práticas tradicionais e da cultura dependem da manutenção desses povos em seu lugar de origem; e, quando esses povos são retirados de seus lugares, correm o risco das suas culturas desaparecerem devido à perda de contato com a natureza. Também os indivíduos ficam suscetíveis a enfrentar situações traumáticas e problemas da sociedade moderna. (MENDES, 2017).

O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localidade, possuirá condições físicas diferentes, impedindo a retomada dos modos de vida que antes possuíam, sem contar a perda da memória e da identidade centradas nos lugares. Assim, as comunidades perdem literalmente a base material e simbólica dos seus modos de socialização com a consequência da sua desestruturação (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Ao tomar a realidade brasileira como referência para discutir sobre as formas de apropriação dos territórios por diversos grupos sociais para além da lógica do estado que divide as terras em públicas ou privadas, Paul Little (1994) considera que uma das maneiras de um determinado povo se localizar num espaço geográfico se dá pelo reconhecimento do lugar de origem do grupo é partilhando uma memória coletiva do passado. A existência de comunicação entre as gerações permite não somente partilhar experiências e opiniões, como também construir uma memória sobre a história do lugar que é partilhada pela geração do presente, e reforçar os vínculos com o lugar.

Nessa perspectiva, a terra é um fator essencial para a reprodução da condição das comunidades tradicionais e disso decorre a extrema importância dada a ela no discurso local, no qual se expressa a relação com ela em termos de uma troca respeitosa, o que constitui o mais importante dos mandamentos — ter amor pela terra. Esta não possui apenas valor monetário, mas valor moral, e ter acesso à terra é condição de liberdade diante dos “grandes”. Portanto, a relação homem-natureza nessa área é de troca e respeito, baseada na construção e na aplicação de um “saber” específico; nele, “ecologia e simbolismo não são, pois, dimensões separadas” (WOORTMANN 1997, apud MENDES, 2017).

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste estudo, será utilizada uma abordagem qualitativa. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa responde aos problemas específicos. Ela não se preocupa por obter resultados por meios quantitativos ou estatísticos, mas trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à instrumentalização das variáveis.

Chizzotti (2003), salienta que a pesquisa qualitativa possibilita novas vias investigativas, possibilitando ao investigador outras experiências. Para ele, “a experiência humana não pode ser confinada aos métodos homotéticos de analisá-la e descrevê-la”.

Nesse sentido, o autor aponta que:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica e do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo de um fenômeno situado no local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar o sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (Chizzotti 2003).

A pesquisa será dividida em duas etapas. A primeira será o levantamento de documentos como os relatórios técnicos científicos, jornais da época e reportagens produzidas em vídeos, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente.

Na segunda etapa, serão realizadas entrevistas abertas com questões norteadoras na busca de estabelecermos as primeiras aproximações com os/as interlocutores/as, tendo como referência uma perspectiva dialógica (Clifford, 1994). Para esse autor é pertinente problematizar as formas como as vozes dos interlocutores da pesquisa são expressas no texto científico, fazendo-se necessário repensar antigos dilemas, como a relação pesquisador e interlocutor e os modos de participação possíveis durante a própria pesquisa.

Os/as interlocutores/as serão incluídos na pesquisa utilizando os seguintes critérios: homens e mulheres que permaneceram em Varela após a invasão em 2012. Vale ressaltar, que será apresentado aos interlocutores o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, no qual estarão presentes os objetivos do projeto, a metodologia do trabalho, os possíveis riscos e benefícios da pesquisa, a garantia de anonimato caso não queiram revelar seus nomes.

Ao realizarmos essa aproximação, iremos nos deparar com um conjunto de memórias sobre histórias vividas de modo individual, mas que por terem sido vivenciadas em um contexto comum serão tratadas como a memória coletiva (HALBWACHS, 2013). Para Halbwachs (2013), a natureza coletiva da memória reside no seguinte aspecto; o ato de lembrar é marcado pelo reconhecimento, “sentimento do já visto” e a reconstrução de acontecimentos passados inseridos em determinadas relações sociais. Por isso, as ideias e os sentimentos não surgem de modo isolado, mas sempre compartilhados a partir de uma fundamentação comum de dados por um grupo social.

Sendo assim, esse processo de reconstrução do passado vivido e experimentado, não deve ser visto como uma descrição dos acontecimentos em si, mas mediado pelas próprias condições de existência social do presente. Dito de outra maneira, a memória pode ser projetada de acordo com interesses e/ou necessidades do momento (Pollak, 1992). Por isso, ouvir diferentes vozes em campo, nos possibilitará encontrar interseções na busca de remontar aspectos dessa história a partir de consensos e contradições.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BENZINHO, Joana, ROSA, Marta. **À Descoberta da Guiné-Bissau**, Guia Turístico. Dezembro, 2015.
- BOLONHA, Ludmila Melo da Costa. **O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar: um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau**. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2013.
- BRITO et al. **Conflitos socioambientais no século XXI**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 4, p. 51-58, dez. 2011.
- BURSZTYN, Maria Augusta Almeida, NASCIMENTO Daniel Trento. **Análise de conflitos socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental**. (APA). Dez. 2010 Editora UFPR.
- CARVALHO, Izabel Cristina de Moura & SCOTTO, Gabriela. **IV Fórum de Educação Ambiental**. I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Projeto Roda-Viva (org.). Instituto Ecoar para a Cidadania. Rio de Janeiro: INESC, 1997. p. 129-132.
- CHIZZOTTI, Antônio, **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**, Revista Portuguesa de Educação, ano 2003/vol. 16, número 002, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- DA SILVA, Welena. **Legislação fundamental de direito do ambiente e recursos naturais da Guiné-Bissau**. Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. Julho de 2018.
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teorias, métodos e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecilia de Souza Minayo (organizadora).-Petrópolis RJ: vozes, 1994.
- Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/guinea-bissau>. Acesso em: 09 set. 2021.
- Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/afrika/20140221-guine-bissau-faz-acordo-de-exploracao-de-areias-pesadas-com-empresa-russa>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GEAAS, **Projeto de exploração de metais pesados (ilmenita, zircão, leucoxênio e rutilo), na zona de varela, sector de são domingos, região de cacheu – guiné-bissau**. Gabinete de Estudo de Avaliação Ambiental e Social – ECO PROGRESSO, maio de 2015.
- INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), UTFPR, 2014.

- CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. Em: **A experiência etnográfica: antropologia e literatura do século XX**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.
- INDJAI, Vladimir, **Plano de Comunicação e Educação Ambiental para a Guiné-Bissau**, faculdade de economia, universidade do Porto, julho 2015. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/81012/2/36074.pdf>. Acesso em 05 nov. 2021.
- MENDES, Irina. **Reflexão antropológica sobre o conhecimento bijagós nas práticas de gestão de recursos naturais** GT22. Educação para a sustentabilidade nas dimensões ambientais, culturais e tecnológicas.
- Ministério de Desenvolvimento Rural, Agricultura, Recursos Naturais e Ambiente (MDRA-RN). Projeto GBS/97/G31/1G/9. **Estratégia e plano de ação para a biodiversidade na Guiné-Bissau**, PNUD, Bissau. 1997.
- JALO, Iussufo. **Caracterização Mineralógica e Avaliação do Potencial Mineiro das Areias Pesadas do Depósito de Varela, Guiné-Bissau**, Dissertação (Mestrado em Engenharia Geológica) Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa FCT/UNL e a UNL, 2018.
- LEFF, Enrique. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**; tradução: Jorge Calvimontes. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (Org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- MENDES, Irina. **Reflexão antropológica sobre o conhecimento bijagós nas práticas de gestão de recursos naturais** GT22 – Educação para a sustentabilidade nas dimensões ambientais, culturais e tecnológicas. 2017. Disponível em: http://esocite2017.com.br/anais/beta/trabalhoscompletos/gt/22/esocite2017_gt22_irinaMendes.pdf. Acesso em 11 jan. 2022.
- MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente: Doutrina-jurisprudência-Glossário**. 3ª Ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. ed. 21ª. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- RIBEIRO, Leonardo. **Memória e identidade social no discurso de Antônio Carlos Marino**. VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo 20 e 21 de

setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/96.pdf>. Acesso em 18 jan. 2022.

RUIZ, Sergio. **Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del Norte amazónico boliviano**. Ph.D. Thesis. Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany.2005.

SANTY, Boaventura Rodrigues Vaz horta. **Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau**. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2016.

SILVEIRA, Paula Galbiatti, **O papel do estado na proteção do meio ambiente: novos caminhos de interpretação da norma ambiental pelo supremo tribunal federal em busca da efetividade da constituição**. RJLB, Ano 1 (2015), nº 6.

SIQUEIRA, Maria de Lurdes; CARDOSO, Augusto. **Saberes e práticas tradicionais da etnia bijagós e suas relações com a organização e conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau**, UFBA 2010.

THOMAS, Keith. O predomínio do humano. Em: **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

TURNER, Matthew D. **Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”**: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. *Political Geography*, 23, p. 863–889, 2004.

TINIGUENA, ONG. **Diagnóstico da Situação Atual da Gestão de Prospecção e Exploração dos Recursos Minerais na Guiné-Bissau, 2016**. Relatório do Inventário sobre o Estado da Produção Legislativa relativa à Gestão e Exploração dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau. 2016.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

DA SILVA, Welena. **Legislação fundamental de direito do ambiente e recursos naturais da Guiné-Bissau**. Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. 2018.